

A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS AO MEIO RURAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

Bruna Trevisan Negri

Graduanda em Geografia –FCT UNESP
Presidente Prudente – SP
E-mail: bruna_negri@hotmail.com

Antônio Nivaldo Hespanhol

Docente no curso de Geografia da FCT-UNESP
Presidente Prudente –SP
E-mail: nivaldo.hespanhol@unesp.br

Resumo

O Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS - Microbacias II - Acesso ao Mercado) é uma política pública do Governo do Estado de São Paulo que busca ampliar a competitividade e proporcionar o acesso ao mercado aos agricultores familiares organizados em associações e cooperativas, elevando a renda dos mesmos e também incentivando a adoção de práticas agrícolas que respeitem o meio ambiente, melhorando a segurança e a qualidade alimentar da população que tem acesso aos produtos. O PDRS, porém, também possui algumas limitações, como as exigências que impedem a maior participação dos agricultores e o foco do projeto em cadeias produtivas. A pesquisa, através de levantamentos bibliográficos, trabalhos de campo e sistematização de dados, analisou a atuação dos municípios (e de suas associações e cooperativas) que integram o EDR de Presidente Prudente na implementação do PDRS, com enfoque nos municípios de Presidente Prudente, Rancharia, Regente Feijó, João Ramalho e Indiana. Dentre os 5 municípios analisados, apenas os 4 primeiros têm projetos implementados com recursos do PDRS. O município de Indiana deu início a implementação de um projeto de implantação de uma miniusina de processamento de leite através do Microbacias II, mas teve problemas relacionados ao terreno onde ela seria implantada, resultando na desistência do mesmo.

Palavras-chave: Política Pública; Agricultura Familiar; Meio Ambiente; Desenvolvimento Rural; Geografia Agrária.

THE IMPLEMENATION OF PUBLIC POLICIES FOCUSED ON RURAL AREAS IN THE STATE OF SÃO PAULO

Abstract

The Sustainable Rural Development Program (Microbasins II - Access to the Market) is a public policy of the State of São Paulo with the purpose of increasing competitiveness and provide access to the market to family farmers organized in associations and cooperatives, raising their incomes and encouraging the adoption of environmentally friendly farming practices improving the safety and food quality of the population that has access to the products. The program, however, also has some limitations, such as the requirements that impede the greater participation of farmers and the focus of the project on productive chains. The research, which includes bibliographic analyzes, fieldwork and systematization of data, has analyzed the performance of the cities (and their associations and cooperatives) that integrate the “rural development office” from Presidente Prudente in the implementation of the program, focusing on the cities of Presidente Prudente,

Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n. 01 v. 07, p. 178-194, Dez. Ano 2018.

ISSN: 1984-1647

Rancharia, Regente Feijó, João Ramalho and Indiana. Among the 5 cities analyzed, only the first 4 have projects implemented with resources of the program. Indiana began implementing a project to introduce a mini-dairy processing plant through Microbasins II, but had problems related to the terrain where it would be implanted and abandoned.

Key words: Public Policy; Family Farming; Environment; Rural Development; Agrarian Geography

Introdução

O presente artigo apresenta os resultados alcançados por meio do desenvolvimento do projeto de pesquisa intitulado: “A implementação de políticas públicas voltadas ao meio rural no Estado de São Paulo”. Esta pesquisa teve como objetivo principal analisar os resultados de políticas públicas destinadas ao espaço rural no Estado de São Paulo, dentre elas o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável (PDRS) – Microbasins II – Acesso ao mercado, iniciada no ano de 2011, financiado pelo Banco Mundial e pelo governo do Estado de São Paulo.

O Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbasins II – Acesso ao mercado - se constitui numa importante política pública voltada ao meio rural no Estado de São Paulo, que contribui de forma positiva para o desenvolvimento da agricultura familiar. Desta forma, estudá-la nos possibilita compreender as dificuldades e conquistas da mesma na área de atuação do Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Presidente Prudente.

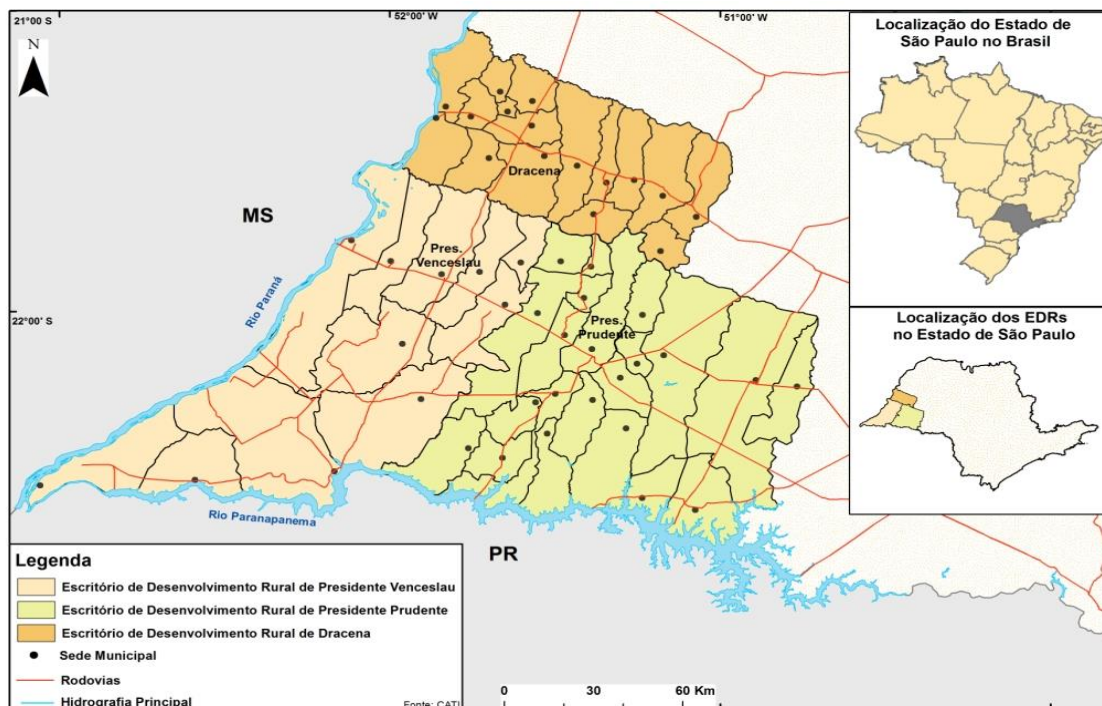
Ao analisar a atuação do Microbasins II no EDR de Presidente Prudente deu-se maior enfoque a cinco municípios: Presidente Prudente, Rancharia, Regente-Feijó, Indiana e João Ramalho.

Recorte Espacial da Pesquisa

No plano de trabalho buscou-se analisar a atuação dos municípios que integram o EDR de Presidente Prudente (21 municípios) na implementação de políticas públicas voltadas ao meio rural, tomando como referência o PDRS.

O recorte territorial da pesquisa abrangeu 21 municípios que integram o EDR de Presidente Prudente, conforme se verifica na Figura 1.

Figura 01 – Área de atuação dos Escritórios de Desenvolvimento Rural (EDR) de Dracena, Presidente Prudente e Presidente Venceslau.



O objetivo da pesquisa foi estudar os municípios com projetos em execução pelo PDRS do Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Presidente Prudente, em especial os municípios de Presidente Prudente, Rancharia, Regente Feijó, Indiana e João Ramalho.

Políticas Públicas Voltadas ao Meio Rural no Brasil

Até 1990, as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento rural tinham cunho produtivista, ou seja, pensavam o campo apenas como um local de produzir, e não se preocupavam com os fatores sociais, como a qualidade de vida daqueles que nele vivem. A partir de 1990, porém, elas passaram a ser elaboradas com base na perspectiva territorial, reforçando a escala local (HESPANHOL, 2007).

A criação do PRONA, em 1996, foi um grande avanço na elaboração de políticas públicas voltadas ao meio rural, pois representou o início da preocupação do Estado com

relação à agricultura familiar. Ganham destaque as temáticas de segurança alimentar e nutricional e também da miséria e da fome.

Outras importantes políticas públicas são o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que fez parte do programa Fome Zero, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A Lei nº11.947, de 16 de junho de 2009, determina que no mínimo 30% do valor repassado a estados, municípios e Distrito Federal pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para o PNAE devem ser utilizados na compra de gêneros alimentícios diretamente da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural ou de suas organizações (FNDE, 2018). Dessa forma, o PNAE tem grande importância no desenvolvimento da agricultura familiar do país.

Nosso foco de estudo, porém, foi o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas II – Acesso ao Mercado, que será discutido detalhadamente a seguir.

A Criação e Efetivação do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas no Estado de São Paulo

No decorrer das décadas de 1960 e 1970, ocorreu a modernização da agropecuária brasileira, por meio da Revolução Verde, com concessão de crédito rural pelo Governo Federal. A concessão de crédito subsidiado pelos governos militares por meio do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) perdeu importância nos anos 1980, em virtude da grande crise econômica que assolou o país. A modernização da agricultura brasileira foi muito seletiva, privilegiando médios e grandes produtores rurais.

A modernização da agricultura brasileira consistiu nas próprias mudanças ocorridas na base técnica do processo produtivo, caracterizando a fusão entre agricultura e indústria (MULLER, 1989).

Além disso, essa modernização teve consequências sociais e ambientais desastrosas, como a adoção do sistema de monoculturas em diversos países, a intensa utilização de agrotóxicos e outros produtos químicos, provocando a contaminação das águas e dos solos, a transformação de florestas naturais em pastagens e plantações, suscitando a emergência de programas com a finalidade de amenizar tais problemas. A contaminação da água e do solo começou a comprometer a capacidade produtiva das terras, diminuindo a produção e a renda.

Buscando reverter a degradação dos solos e recuperar as nascentes, alguns Estados do sul do Brasil criaram programas para o manejo correto dos recursos naturais.

O Estado do Paraná foi pioneiro no combate à degradação dos recursos naturais. Logo após, Santa Catarina e São Paulo também aprovaram Leis de Uso do Solo Agrícola. As ações para reversão do quadro se deram no âmbito de controle à erosão dos solos, e depois se converteram em programas de microbacias hidrográficas, porque adotavam as subbacias hidrográficas como recorte territorial de execução. As microbacias compreendem superfícies de 700 a 10 mil hectares, e se situam entre os fundos de vales e os espigões divisores de água (HESPANHOL, 2008, p.37).

O PEMH definiu a microbacia hidrográfica como unidade de trabalho e assim teve uma integração de ações conjuntas com o Programa de Microbacias da CATI e com outros projetos e programas, governamentais ou não (BRUNELLI, 2013, p.11).

Segundo a Secretaria de Agricultura e Abastecimento (2018):

[...] o Programa de Microbacias, executado pela CATI, possibilita o investimento de recursos em incentivos para que os agricultores paulistas adotem práticas conservacionistas e tenham uma produção ecologicamente adequada, bem como favorece por meio de capacitação, organização rural e difusão de alternativas à geração de renda e emprego no meio rural (SÃO PAULO, 2018).

Em 1987 houve a instituição do Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas no Estado de São Paulo. Essa primeira edição do programa contava com objetivos ambientais mais específicos, voltados a reverter o quadro de degradação ambiental em que se encontravam boa parte das propriedades rurais do Estado de São Paulo.

Segundo Neves Neto (2009):

Considerada a mais importante política pública do governo do Estado de São Paulo para o auxílio ao pequeno produtor rural, o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas (PEMH), iniciado em 2000, ofereceu uma série de benefícios individuais e coletivos para o produtor rural, sobretudo para os produtores que possuem áreas inferiores a 50 hectares e que possuíam no mínimo 70% de sua renda proveniente das atividades agropecuárias (NEVES NETO, 2009, p. 2).

O programa ofereceu vários meios para amenizar e reverter o quadro de degradação ambiental de boa parte das propriedades rurais do Estado de São Paulo. Podemos citar como exemplos as cercas para o isolamento das áreas de preservação permanentes (APPs), mudas para o plantio de mata ciliar, máquina de plantio direto e doação de kit de informática com itens básicos como computador, impressora, armário, cadeira e mesa para as associações de produtores rurais. O PEMH também permitiu que os

Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural escolhessem as microbacias atendidas, incentivando a descentralização das ações (NEVES NETO, 2009).

Entre os anos de 1987 e 1999, o programa foi executado com recursos do Governo Estadual. Em 1994 a CATI solicitou recursos ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRB) para o financiamento do Programa de Microbacias. Esse processo de solicitação tramitou durante cinco anos e a liberação dos recursos foi aprovada no final de 1999, para aplicação entre os anos de 2000 e 2006 (HESPANHOL e HESPANHOL, 2014).

O PEMH também enfrentou sérios problemas, pois não foi priorizado pelo Governo do Estado de São Paulo. Há pouca contratação de engenheiros agrônomos provocando a redução do corpo técnico da CATI, em razão de aposentadorias e pedidos de exoneração (HESPANHOL, 2007).

Após o término do período de execução do programa, em novembro de 2008, podemos verificar que o Programa de Microbacias paulista não conseguiu atingir as metas inicialmente estabelecidas. Da meta inicial de se trabalhar em 4,5 milhões de hectares no Estado, atingiu-se apenas 3.290.200 hectares (CLEMENTE e HESPANHOL, 2011, p. 194).

Em seguida elaborou-se o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II – Acesso ao Mercado, com objetivos diferentes do PEMH, como veremos a seguir.

O Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II - Acesso ao Mercado

Em 2010 inicia-se uma nova edição do programa, agora já não mais tão voltada a recuperação de áreas degradadas, mas sim visando a maior inserção do pequeno produtor rural no mercado.

O Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Microbacias II – Acesso ao Mercado (PDRS) é uma política pública do Governo do Estado de São Paulo, executada pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento, por meio da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) e pela Secretaria do Meio Ambiente, por meio da Coordenadoria de Biodiversidade e Recursos Naturais (CBRN) (CATI, 2018).

O principal objetivo do PDRS é ampliar a competitividade e proporcionar o acesso ao mercado aos agricultores familiares organizados em associações de produtores rurais e cooperativas em todo o Estado de São Paulo, bem como fortalecer as organizações

Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n. 01 v. 07, p. 178-194, Dez. Ano 2018.

de produtores rurais de comunidades tradicionais como quilombolas e indígenas. O Projeto pretende aumentar as oportunidades de emprego e renda, a inclusão social e promover a conservação dos recursos naturais (CATI, 2018).

O projeto tem como meta beneficiar diretamente 22 mil famílias de agricultores familiares integrantes de 300 organizações de produtores rurais e grupos tradicionais de indígenas e quilombolas (CATI, 2018).

Dentre os objetivos específicos do projeto destacam-se: O fortalecimento das organizações de produtores rurais (através do aumento da produtividade e da melhoria na qualidade dos produtos, e também da melhoria da capacidade de organização e gerência dos sistemas de produção) e o fortalecimento das instituições públicas e da infraestrutura municipal (através da melhoria na estrutura da instituição, seja na capacitação do quadro de funcionários, na aquisição de equipamentos e veículos, como também na melhoria da infraestrutura, possibilitando a reforma de várias Casas da Agricultura em todo o Estado) (CATI 2018).

Para participar do projeto, os produtores rurais devem fazer parte de associações ou cooperativas, as quais devem estar regularizadas há pelo menos um ano, composta por, no mínimo, 15 membros, dos quais mais de 50% sejam agricultores familiares (CATI, 2018).

O PDRS apoia a participação mais efetiva das organizações de produtores rurais junto ao mercado consumidor, consolidando, assim, um novo perfil de agricultor familiar empresarial (BRUNELLI, 2013).

O projeto é realizado com recursos provenientes do Governo do Estado de São Paulo e do BIRD. O período de duração do projeto inicialmente acordado era entre 30 de setembro de 2010 a 30 de setembro de 2015. No entanto, no dia 24 de junho de 2015 teve seu prazo de execução prorrogado para 30 de setembro de 2017, pois o encerramento das ações acarretaria inúmeros prejuízos às ações em andamento e toda a estratégia futura (CATI, 2018).

O Microbacias II coloca em evidência questões essenciais da agricultura paulista, como a importância de trabalhar em grupo, o processo de diversificação da produção e passa a compreender a organização rural enquanto principal vetor do desenvolvimento, tornando-se uma política pública inovadora e desafiadora (BRUNELLI, 2013).

O corpo técnico da CATI atua como mediador dos processos do Microbacias II. Desta forma, o produtor rural, inserido numa organização rural, se agrega aos demais em

busca de melhores condições de vida e crescimento econômico. Desta forma, o campo pode tornar-se atraente para as novas gerações (BRUNELLI, 2013).

O projeto também apresenta alguns pontos negativos. Um deles está relacionado à priorização do atendimento às organizações rurais que estiverem legalizadas há pelo menos um ano e, com no mínimo 15 associados. Dessa forma, boa parte das organizações rurais existentes ficarão de fora do programa, já que não possuem o número mínimo exigido (CLEMENTE e NEVES NETO, 2014).

Outro problema encontrado no projeto foi o foco em cadeias produtivas, podendo levar o produtor rural a se especializar em um único produto, ficando muito sujeito às oscilações do mercado. A diversificação da produção propicia a ampliação da renda familiar e permite que os agricultores estejam mais bem preparados para enfrentar as vicissitudes do mercado (CLEMENTE e NEVES NETO, 2014).

Dessa forma, o Projeto Microbacias II constitui-se em uma oportunidade para que pequenas associações ou cooperativas de produtores rurais possam ampliar seus negócios, melhorando a qualidade de vida de suas famílias, mas com restrições e problemas que podem ser repensados em futuras reformulações do projeto.

Associações com Empreendimentos Financiados pelo Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas II – Acesso ao Mercado no Escritório de Desenvolvimento Rural de Presidente Prudente

O Escritório de Desenvolvimento Rural (EDR) de Presidente Prudente é composto por 21 municípios, sendo eles: Alfredo Marcondes, Álvares Machado, Anhumas, Caiabú, Emilianópolis, Estrela do Norte, Iepê, Indiana, João Ramalho, Martinópolis, Nantes, Narandiba, Pirapozinho, Presidente Bernardes, Presidente Prudente, Rancharia, Regente Feijó, Sandovalina, Santo Expedito, Taciba e Tarabai.

As Associações de produtores rurais de apenas 10 desses municípios possuem planos de negócios aprovados e financiados pelo PDRS, sendo elas dos municípios de João Ramalho, Rancharia, Presidente Prudente, Presidente Bernardes, Anhumas, Tarabai, Regente Feijó, Narandiba, Santo Expedito e Estrela do Norte.

A pesquisa objetivou estudar a fundo cinco municípios do Escritório de Desenvolvimento Rural de Presidente Prudente, sendo eles: Presidente Prudente, Rancharia, Regente Feijó, Indiana e João Ramalho, os quais serão analisados a seguir.

Presidente Prudente

Presidente Prudente – SP, segundo o último Censo Demográfico (2010) possui uma população de 207.610 habitantes (IBGE, 2018) e situa-se na região Oeste do Estado de São Paulo.

Em entrevista realizada com o Diretor Regional da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) de Presidente Prudente constatou-se que o município possui uma Cooperativa com projetos aprovados pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado, a Cooperativa da Agricultura Familiar de Presidente Prudente (COAF).

Em outra entrevista, feita com o articulador de projetos da COAF, na função há seis anos, obteve-se mais informações a respeito da história da Cooperativa e dos projetos implementados através do Microbacias II. Segundo o entrevistado, a Cooperativa de Agricultura Familiar de Presidente Prudente foi criada em maio de 2012 com o objetivo de unir pequenos produtores rurais para fazer o processamento de alimentos e deixa-los prontos para o consumo, e a mesma é composta apenas por pequenos agricultores familiares, que participam de reuniões mensais a fim de usufruir do Microbacias II e baratear o custo de suas produções.

Essas reuniões são feitas na própria sede da Cooperativa, que foi inaugurada em Presidente Prudente há pouco tempo, inclusive com recursos do PDRS. Em termos de infraestrutura, a Cooperativa dispõe somente do que foi adquirido através do Projeto, que consiste em: um escritório completo, inclusive com a sede acima citada, e um caminhão para transporte dos produtos.

Por enquanto, segundo o articulador de projetos, a Cooperativa participa de três linhas de processamento, que são vegetais, legumes e batata doce, mas os agricultores pretendem expandir isso para outros setores.

Com relação à agricultura local, o entrevistado cita mudanças positivas a partir do trabalho da Cooperativa, pois a partir da união dos pequenos agricultores da cidade, os recursos foram alcançados através do Microbacias II barateando alguns produtos.

Durante a realização dos Projetos através do Microbacias II, a COAF contou com o apoio de todas as instituições públicas, principalmente da Prefeitura e da Casa da

Agricultura do município, segundo o articulador de projetos. Ainda segundo ele, o custo total dos projetos foi de 1,1 milhão de reais.

Em relação ao PDRS em si, o entrevistado disse que a Cooperativa o conheceu através da CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral) de Presidente Prudente, e relatou ainda que o Projeto é muito bom, e, em sua concepção só tem pontos positivos.

Rancharia

O município de Rancharia conta com uma população de 28.804 pessoas segundo o último Censo Demográfico (2010) (IBGE, 2018). Este município também faz parte do Escritório de Desenvolvimento Regional de Presidente Prudente.

De acordo com o Diretor Regional da CATI de Presidente Prudente, a Associação dos Produtores Rurais de Ajicê, que se situa no município de Rancharia, acabou de concluir a aquisição de um caminhão de leite, financiada pelo Microbacias II.

Além da entrevista com o Diretor Regional da CATI, também foi realizada outra com o presidente da Associação em questão, que está há aproximadamente 20 anos na função. Segundo ele, a Associação dos Produtores Rurais de Ajicê foi criada em 1991 com o objetivo de representar os produtores rurais do município de Rancharia, buscar incentivos, participar de políticas públicas e melhorar a agricultura local.

A Associação é composta por pequenos e grandes produtores rurais que participam de reuniões mensais na própria sede da Associação. De acordo com o presidente, os associados fazem a produção e o processamento de leite, soja, milho, mandioca, carne e até mesmo a produção de limão. Para isso, dispõem de caminhão de leite, trator, depósito, tanque resfriador de leite, borracharia e barracão de 250 metros, além de vários implementos agrícolas, tudo conseguido através do PDRS.

Os maiores problemas enfrentados pela Associação, segundo o entrevistado, são a falta de renda e o fato dos produtores ainda serem muito individualistas, pensando muito em si próprios e não tendo consciência de coletividade. Ainda assim, ele ressaltou a ideia de que a agricultura local melhorou muito com as aquisições feitas através do Microbacias II, a produção cresceu e alguns produtos tiveram seus preços reduzidos.

O custo total dos projetos implementados pelo PDRS na Associação foi de mais de 1 milhão de reais, e em todas as aquisições os associados tiveram o apoio das instituições municipais, como prefeitura e casa da agricultura.

O entrevistado disse que conheceu o Projeto de Microbacias a partir de sua própria elaboração, pois na época também era presidente do Conselho Regional de Desenvolvimento Rural de Presidente Prudente e ajudou no desenvolvimento do mesmo.

Quanto à avaliação do PDRS, o presidente da Associação dos Produtores Rurais de Ajicê disse que o Projeto é muito positivo, e que é impressionante a forma como ele ajudou na diminuição dos impactos causados ao meio ambiente pela agricultura. O único ponto negativo, segundo ele, é a falta de assistência técnica, o técnico deveria estar mais próximo do produtor.

Regente Feijó

Regente Feijó – SP é um dos 21 municípios integrantes do Escritório de Desenvolvimento Regional de Presidente Prudente. Segundo o último Censo Demográfico (2010) o município conta com uma população de 18.494 pessoas (IBGE, 2018).

Em entrevista realizada com o Diretor Regional da CATI de Presidente Prudente constatou-se que Regente Feijó possui uma Associação com projetos financiados pelo Microbacias II – Acesso ao Mercado, que é a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Bairro Palmitalzinho.

Nesta segunda parte da pesquisa, também foi realizada uma entrevista com o presidente da Associação em questão, que está na função há dois anos. Segundo ele, em 1991 a Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Bairro Palmitalzinho foi fundada com sede administrativa no salão da Igreja de Santo Antônio no próprio bairro Palmitalzinho no município de Regente Feijó-SP, sem fins lucrativos e como sociedade civil. Atualmente a associação conta com a participação de 33 associados, destes, 21 participam do projeto Microbacias II – acesso ao mercado, buscando melhorar a produtividade na colheita e beneficiamento do café.

Através do Microbacias II a associação visa à aquisição de máquinas e equipamentos voltados para o fortalecimento da agricultura familiar. Adquiriram uma máquina colheitadeira, um arruador de café, um trator e uma carreta agrícola. Com a aquisição da máquina colheitadeira e a mecanização da colheita do café, os produtores participantes têm uma velocidade maior na colheita que implicará na qualidade final do produto, na redução de perdas na colheita e conseqüentemente redução de custos, além de produzirem café com qualidade superior.

Segundo o presidente, a associação foi criada em 1991 porque a população percebeu a necessidade de fortalecimento da agricultura familiar na cidade. Os pequenos produtores já compravam café de forma coletiva em pequenas quantidades, mas neste ano (1991) houve a formalização da associação, que é uma forma de fortalecer a compra e a venda dos produtos.

Os pequenos produtores têm cargos e funções determinadas dentro da associação, como presidente, tesoureiro, vice-presidente, vice-tesoureiro, secretário, e pessoas do conselho fiscal, e segundo o presidente todos eles participam das reuniões que são realizadas geralmente a cada 60 dias (de acordo com a necessidade), no salão comunitário do bairro Palmitalzinho.

A associação desenvolve atividades como a compra de sal mineral, compra de adubo, compra de ração, produção, processamento e venda de café e pequena produção de leite e soja, todas de forma coletiva. Segundo o presidente, a criação da associação provocou muitas mudanças na agricultura local, ela foi uma forma de manter a renda dos produtores e de conseguir manter a produção sempre ativa, produzindo em todos os períodos do ano.

Um dos maiores problemas enfrentados pela associação está relacionado à parte da comercialização, mais especificamente ao transporte dos bens.

Em relação ao Microbacias II, o entrevistado disse que o considera muito positivo, traz muitos benefícios para os associados, ajuda a manter os produtores em atividade, colabora na compra de implementos, ajuda na parte de comunicação (manter os produtores atualizados), e ainda motiva os associados a continuarem produzindo. O presidente conheceu o Microbacias II através da Cati.

Para a execução do projeto junto ao Microbacias II, o entrevistado nos informou que a associação contou com o apoio da Prefeitura Municipal através da divulgação. O custo total do projeto foi de aproximadamente R\$ 93.000,00, segundo o presidente.

Os produtores já tinham experiência no cultivo do café. Em relação à organização e comercialização também não houve mudanças ainda, pois a associação já era formada antes do Microbacias II (só não era formalizada), então os meios usados para produzir e comercializar também eram os mesmos. Com o Microbacias II, porém, houve o aumento da produção tanto na área do leite, como também na área do café, facilitada pela colhedora.

O presidente disse ainda que as atividades devem continuar diversificadas para que seja possível produzir e comercializar em todas as épocas do ano.

De modo geral, o entrevistado fez uma avaliação muito positiva do programa, pois o Programa de Microbacias (em suas duas edições) melhorou as estradas rurais que eram muito ruins, ajudou na aquisição de máquinas que eram necessárias, como a colheitadeira, o arruador de café, o trator e a carreta, e desta forma incentivou muito os produtores que agora estão bem animados. Um ponto negativo destacado pelo entrevistado é a baixa divulgação do Microbacias I.

João Ramalho

O município de João Ramalho, segundo o último censo demográfico (2010), possui 4.150 habitantes.

A Associação dos Produtores Rurais do Município de João Ramalho, segundo o funcionário da CATI, tem um projeto de aquisição de um armazenador de grãos, junto ao Microbacias II – Acesso ao Mercado, que já está em fase final.

Foi feita uma entrevista com o presidente da Associação, que está nessa função há aproximadamente 10 anos. Segundo ele, a associação foi criada inicialmente para unir apenas produtores de laticínios, mas não tinha funcionamento ativo. Com o surgimento do Microbacias II, a Associação foi utilizada para participar do projeto e agora está em pleno funcionamento.

A maior parte da associação é composta por pequenos produtores rurais, mas também há a participação de grandes produtores. Todos eles participam de reuniões mensais que são realizadas na Casa da Lavoura do município.

Em termos de infraestrutura, atualmente a Associação dispõe basicamente daquilo que conseguiu através do Microbacias II, que consiste em um silo de soja com balança rodoviária e com capacidade de armazenar 3 mil toneladas de grãos e um escritório completo. Atualmente fazem a produção de soja, mas segundo o entrevistado, quase todo o processo é feito individualmente pelos produtores, inclusive a venda, apenas o armazenamento da colheita que é feito de forma coletiva, entre aproximadamente 20 associados que participam do projeto, no armazém da Associação.

Antes da construção do silo, a produção era levada até um local muito longe, pois não tinha onde ser armazenada, encarecendo demais os custos com frete e aumentando o preço do produto, o que não acontece mais. O conjunto reduziu o custo do frete de R\$ 2,50 por saca de soja para R\$ 1. A unidade armazenadora proporcionou um ganho no

preço de comercialização de R\$ 2 a R\$ 3 por saca de soja. Além da redução de custo, a instalação garantiu a padronização do produto, o que contribui para o agricultor negociar preços melhores, fortalece o associativismo, gera renda e aumento na produtividade.

O projeto do silo com balança custou cerca de um milhão e duzentos mil reais, com reembolso de cerca de quatrocentos mil reais pela Associação.

A respeito das dificuldades que a Associação vem enfrentando, o presidente disse que as maiores são as altas taxas de juros e a falta de recursos financeiros, parte na qual o Microbacias II tem contribuído muito. Na avaliação do entrevistado, o Microbacias II é um ótimo projeto, mas tem um grande ponto negativo com relação a burocracia necessária para a participação, a grande quantidade de documentos que é exigida.

Indiana

Indiana também integra o EDR de Presidente Prudente e é um município de porte muito pequeno, possuindo 4.825 habitantes em 2010, de acordo com o Censo Demográfico.

Segundo o Diretor Regional da CATI de Presidente Prudente, a Associação do Bairro Sete Copas, pertencente ao município, começou o financiamento de um projeto através do Microbacias II – Acesso ao Mercado, mas desistiu por conta de problemas relacionados ao terreno onde pretendia implantar uma miniusina de processamento de leite.

Procedimentos Metodológicos

Os resultados deste artigo foram obtidos, primeiramente, através de um levantamento bibliográfico sobre o eixo temático. Analisou-se bibliografias a respeito das políticas públicas voltadas ao meio rural no Brasil; a respeito do Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – PDRS – Microbacias II, e também a respeito de sua primeira edição, o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas.

Além disso, buscou-se em sites, como o do IBGE, informações a respeito do histórico, da economia e dos dados gerais dos municípios estudados.

Realizou-se ainda uma entrevista com o Diretor Regional da CATI de Presidente Prudente, com o objetivo de extrair informações específicas a respeito das Associações e

Cooperativas com projetos implementados pelo PDRS nos municípios que são foco do estudo.

Em outra etapa, foram realizadas entrevistas com presidentes e representantes das Associações estudadas, extraindo informações a respeito de suas experiências com o Microbacias II.

Conclusão

O Projeto de Desenvolvimento Rural – Microbacias II – Acesso ao Mercado, como a maioria das políticas públicas, possui pontos positivos e negativos, e assim lentamente conquista seus objetivos.

Além de aumentar a competitividade da agricultura familiar no Estado de São Paulo; fortalecer o associativismo; ajudar as associações e cooperativas no processo “pós-porteira”, ou seja, na venda, no transporte, na distribuição; elevar a renda dos agricultores envolvidos nas associações e cooperativas e ajudar no aprimoramento da sustentabilidade ambiental, com a adoção de boas práticas de produção e cultivo, que respeitem o meio ambiente, o projeto ainda colabora para a melhoria da qualidade e da segurança alimentar da população que tem acesso aos produtos.

Por outro lado, a insegurança e o receio de alguns produtores em participar do projeto, seja por falta de conhecimento a respeito do mesmo ou a falta de uma divulgação entre os agricultores familiares; a dificuldade dos mesmos de se inserirem no projeto por conta da necessidade de participarem de alguma associação ou cooperativa; a mudança do agente financeiro, passando da Caixa Econômica Estadual (Nossa Caixa) para o Banco do Brasil, que causou confusão entre os associados, ainda são alguns dos pontos negativos do Microbacias II – Acesso ao Mercado.

Pesquisando, analisando o projeto e realizando entrevistas é possível perceber a grande quantidade de pessoas que têm sua vida melhorada através dele. Pequenos produtores que antes não tinham perspectiva de aumento ou aprimoramento da produção, agora vêm no programa uma forma de tornar isso real, de conseguir produzir mais e, principalmente, de conseguir comercializar sua produção.

Por fim, concluímos que como toda política pública, o projeto possui algumas limitações, como as exigências que impedem a participação de uma parcela de agricultores ou o foco em cadeias produtivas. Essas limitações, porém, são compensadas com outros

pontos positivos citados no texto. Além disso, o PDRS contribui de forma significativa para o desenvolvimento e reconhecimento da agricultura familiar no Estado de São Paulo.

Referências Bibliográficas

BRUNELLI, João Júnior; **Revista Casa da Agricultura – Projeto Micorbacias II – Acesso ao Mercado: A Trajetória de São Paulo em Busca do Desenvolvimento rural Sustentável.** Nº2, 2013.

CLEMENTE, E. C. e HESPANHOL, A. N.; O Programa Estadual de Microbacias, a atuação do poder público e a questão da participação da região de Jales. **Fomação**, Presidente Prudente, v. 1, n. 18, p. 190-212, 2011.

CLEMENTE, E. C. e NEVES NETO, C. C.; Análise da atuação do Programa de Microbacias em São Paulo em suas duas fases (I e II). **Revista do Departamento de Geografia –USP**, São Paulo, v. 27, p.147-169, 2014.

Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). **Alimentação Escolar (PNAE).**

Dados sobre o PNAE disponíveis em: <http://www.fnde.gov.br/programas/alimentacao-escolar/agricultura-familiar>, acesso em 29/08/2018.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo; **Agricultura, desenvolvimento e transformações socioespaciais: Os Programas de Microbacias Hidrográficas no Brasil**, 2008.

HESPANHOL, Rosangela Aparecida de Medeiros ; HESPANHOL, A. N. . O Programa de Microbacias Hidrográficas no contexto brasileiro. In: Jesús R. Navarro-Garcia; Simonne Teixeira; Alejandro Tortolero Villaseñor. (Org.). **Gestão hidráulica na América Latina e Espanha.** 1ed.Campos dos Goyatacazes: EdUENF, 2014, v. 1, p. 119-132.

HESPANHOL, A. N. O desenvolvimento do campo no Brasil. In: FERNANDES, Bernardo Mançano; MARQUES, Marta Inez Medeiros; SUZUKI, Júlio Cesar. (Org.). **Geografia Agrária: teoria e poder.** 1ed.São Paulo: Expressão Popular, 2007, v. 1, p. 271-287.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Cidades.** Dados sobre os municípios estudados disponíveis em: <https://cidades.ibge.gov.br/>, acesso em 29/08/2018.

MULLER, Geraldo; **Complexo agroindustrial e modernização agrária.** São Paulo: HUCITEC, 1989.

NEVES NETO, Carlos de Castro; O programa estadual de microbacias hidrográficas no estado de São Paulo: a análise da microbacia da Água das Antas/Pinheiro no município de Assis/SP. **Anais do XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA**, São Paulo, 2009, pp. 1-31.

Revista Geografia em Atos, Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP, Presidente Prudente, n. 01 v. 07, p. 178-194, Dez. Ano 2018.

ISSN: 1984-1647

SÃO PAULO, (Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI). O projeto.

Dados sobre o Microbacias II. Disponíveis em:
<http://www.cati.sp.gov.br/microbacias2/o-projeto>, acesso em 29/08/2018.

SÃO PAULO, (Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI). - Dados sobre o Microbacias I. Disponíveis em:

<http://www.agricultura.sp.gov.br/programas-e-projetos/microbacias-hidrograficas/>,
acesso em 05/04/2018.